



Universidade de Brasília
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária - FAV

**Transição agroecológica e circuito curto de comercialização:
análise da experiência da Feira da Ponta Norte, Brasília/DF**

Carlos Eduardo Oliveira Soares

Brasília/DF
Dezembro de 2023

Carlos Eduardo Oliveira Soares

**Transição agroecológica e circuito curto de
comercialização: análise da experiência da Feira da Ponta
Norte, Brasília/DF**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de
Agronomia e Medicina Veterinária da
Universidade de Brasília - UNB,
como requisito para a conclusão do
curso de graduação em
Agronomia.

Orientadora: Profa. Dra. Flaviane de Carvalho Canavesi

**Brasília/DF
Dezembro de 2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

OS676t Oliveira Soares, Carlos Eduardo
Transição agroecológica e Circuito curto de
comercialização: análise da experiência da Feira da Ponta
Norte, Brasília/DF / Carlos Eduardo Oliveira Soares;
orientador Flaviane de Carvalho Canavesi. -- Brasília,
2024.
35 p.

Monografia (Graduação - Faculdade de Agronomia e Medicina
Veterinária) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Agroecologia . 2. circuito curto de comercialização.
3. Agricultura Familiar. 4. Agricultura orgânica . 5.
comercialização. I. Canavesi, Flaviane de Carvalho , orient.
II. Título.

Cessão de direitos

Nome do Autor: CARLOS EDUARDO OLIVEIRA SOARES

Título da Monografia de Conclusão de Curso: Transição agroecológica e Circuito curto de comercialização: análise da experiência da Feira da Ponta Norte, Brasília/DF

Ano: 2024

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias deste relatório e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva - se a outros direitos de publicação, e nenhuma parte deste relatório pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA SOARES

CPF: 05113316148

QI 16 Conjunto V, casa 21

CEP: 71015222 Guarará, Brasília-DF

(61) 98544-4639 – email: eng.soarescarlos@gmail.com

Carlos Eduardo Oliveira Soares

**Transição agroecológica e circuito curto de
comercialização: análise da experiência da Feira da Ponta
Norte, Brasília/DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, como parte das exigências do curso de Graduação em Agronomia, para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Flaviane de Carvalho Canavesi

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, UnB
(Orientadora)

Prof. Dr. Armando Fornazier

Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, UnB
(Examinador)

Profa. Dra. Patrícia Dias Tavares

Instituto Federal de Goiás
(Examinadora)

**Brasília/DF
Dezembro de 2023**

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e por sempre me guiar.

À minha mãe, Rogéria Suely, pela sua dedicação e por se fazer presente em todos os momentos de minha vida, me ajudando a passar por diversas dificuldades durante a graduação acreditando nas minhas decisões. Às minhas avós, Isabel de Carvalho e Nelci Soares pelo suporte e amor em todo esse processo.

À minha orientadora, professora Dra. Flaviane de Carvalho Canavesi, pela paciência e carinho na construção deste trabalho e pelas importantes contribuições durante toda a minha graduação, me apresentando ao NEA - Núcleo de Estudos em Agroecologia, e me ajudando a ter novos olhares e percepções em buscas de formas socialmente corretas de se produzir alimentos.

Aos produtores e produtoras que contribuíram para minha formação acadêmica, abriram suas casas e compartilharam seus conhecimentos durante as saídas de campo, em especial ao Flávio do Carmo que pude ter o prazer de acompanhar sua trajetória me ensinando novas técnicas e olhares mostrando que é possível se fazer uma agricultura com compromisso atendendo as causas sociais e o respeito ambiental.

À Universidade de Brasília e a todos os professores por me proporcionarem momentos de reflexão e discussão, além de contribuir com a formação do meu caráter e crescimento profissional. Aos meus amigos da Agronomia que sempre se mostraram presentes me ajudando a passar por momentos difíceis dentro do curso.

Obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explorar os circuitos curtos de comercialização na agricultura, observando mercados que valorizam os agricultores familiares locais que enfrentam a exclusão econômica e social. Para isso, foi realizado um recorte sobre a transição agroecológica como uma alternativa para mitigar os problemas inerentes às práticas convencionais, marcadas pelo uso intensivo de insumos químicos. Problemas como o desgaste do solo, impacto ambiental negativo, as crescentes dependências de insumos químicos não apenas elevam os custos de produção, mas também representam ameaças à saúde humana e à biodiversidade, se utilizada de forma inadequada. Soma-se a isso desafios como a distância entre produtores e consumidores, sendo a transição agroecológica como um processo de substituição de técnicas para aquelas mais sustentáveis e de produção própria, até o redesenho de paisagens ou mesmo a transição para novos sistemas agroalimentares, podendo diminuir os impactos negativos, como esgotamento da fertilidade do solo, compactação, lixiviação e erosão, mas também promove a sustentabilidade, a resiliência e a harmonia entre a produção agrícola e o meio ambiente. A transição para práticas agroecológicas não se limita apenas a uma mudança de métodos, mas envolve uma transformação profunda na relação entre agricultores e ecossistemas, resgatando a diversidade de culturas, a integração de sistemas e biomas, e a valorização dos conhecimentos tradicionais, estabelecendo um equilíbrio mais saudável. Além de analisar as contribuições do circuito curto de comercialização para o fortalecimento da agricultura familiar, podendo impactar positivamente sua renda, autonomia e sustentabilidade, foi observado que essa modalidade se configura como uma alternativa que visa criar elos diretos, promovendo relações mais justas e transparentes. A partir de metodologia de entrevista, observação participante, visitas nas áreas e sistematização de experiência, analisou-se a promoção de circuitos curtos de comercialização dentro da feira da ponta norte, localizada na região da Asa Norte - DF, em que foi possível observar a aproximação entre produtores de diversas regiões do Distrito Federal junto com os consumidores mostrando uma das bases para a construção de comunidades agrícolas mais resilientes. Este estudo enfatiza a necessidade de repensar nossos métodos agrícolas, reconhecendo a transição agroecológica como um passo crucial em direção a um futuro mais sustentável, além de mecanismos de comercialização que valorizem e ampliem o acesso a mercados para agricultura familiar, favorecendo o sistema agroalimentar local, utilizando a sistematização de experiência com um produtor da Região de Brazlândia-DF, com o objetivo de avaliar seu progresso na promoção do circuito curto na agricultura familiar no DF.

Palavras-chave: Agroecologia, agricultura orgânica, agricultura familiar, comercialização.

ABSTRACT

The aim of this paper is to explore short marketing circuits in agriculture, looking at markets that value local family farmers who face economic and social exclusion. To this end, we looked at the agroecological transition as an alternative to mitigate the problems inherent in conventional practices, marked by the intensive use of chemical inputs. Problems such as soil erosion, negative environmental impact and growing dependence on chemical inputs not only increase production costs, but also pose threats to human health and biodiversity if used inappropriately. Added to this are challenges such as the distance between producers and consumers, with the agroecological transition being a process of replacing techniques with more sustainable and self-produced ones, through to the redesign of landscapes or even the transition to new agri-food systems, which can reduce negative impacts such as soil fertility depletion, compaction, leaching and erosion, but also promote sustainability, resilience and harmony between agricultural production and the environment. The transition to agroecological practices is not limited to a change in methods, but involves a profound transformation in the relationship between farmers and ecosystems, rescuing the diversity of cultures, the integration of systems and biomes, and the valorization of traditional knowledge, establishing a healthier balance. In addition to analyzing the contributions of the short marketing circuit to strengthening family farming, which can have a positive impact on their income, autonomy and sustainability, it was observed that this modality is configured as an alternative that aims to create direct links, promoting fairer and more transparent relationships. Based on the methodology of interviews, participant observation, site visits and the systematization of experiences, we analyzed the promotion of short marketing circuits within the North Point market, located in the region of Asa Norte - DF, in which it was possible to observe the rapprochement between producers from different regions of the Federal District and consumers, showing one of the bases for building more resilient farming communities. This study emphasizes the need to rethink our agricultural methods, recognizing the agroecological transition as a crucial step towards a more sustainable future, in addition to marketing mechanisms that value and expand access to markets for family farming, favoring the local agri-food system, using the systematization of experience with a producer from the Brazlândia-DF Region, with the aim of evaluating his progress in promoting the short circuit in family farming in the DF.

Keywords: Agroecology, organic farming, family farming, marketing.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. Objetivos	11
2.1 Geral	11
2.2 Específico	11
3. Revisão de Literatura	12
3.1 Agroecologia e transição agroecológica	12
3.2 Legislação orgânica	16
3.3 OCS	17
3.4 Circuito curto de comercialização	19
3.5 Importância das Feiras	22
3.6 Feira da Ponta Norte	23
4. Materiais e Métodos	25
4.1 Metodologia	25
4.2 Desenvolvimento e caracterização da área de estudo	26
5. Resultados e Discussões	29
6. Considerações Finais	31
7. Bibliografia	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa parcela do produtor- Canaã, Brazlândia -DF Fonte:Google maps.Pg 25

Figura 02- Mapa da feira da ponta norte, Asa Norte -DF Fonte: Google maps. Pg 25

1. INTRODUÇÃO

A agricultura contemporânea enfrenta desafios críticos relacionados à sustentabilidade ambiental, eficiência econômica e equidade social no campo. Nesse contexto, a transição agroecológica surge como uma abordagem inovadora que visa transformar os paradigmas tradicionais de produção com alta dependência em insumo, alinhando-se aos princípios da agroecologia, com a visão de vários parâmetros para se montar rede confiáveis, a implementação do circuito curto de comercialização nesse contexto destaca-se como uma estratégia eficaz para além do desenvolvimento rural, estreitando as relações entre produtores e consumidores, proporcionando benefícios diretos aos agricultores (Altieri, 2004).

A interação da transição agroecológica e o circuito curto de comercialização foca nos processos e benefícios alcançados pelos produtores, sendo um processo gradual de mudanças nas práticas agrícolas, buscando criar sistemas mais sustentáveis e resilientes. Essa abordagem não apenas modifica as técnicas de produção, mas também envolve uma mudança cultural, incentivando a valorização do conhecimento local e a harmonia com os ecossistemas e a preservação dos recursos naturais (Altieri, 2004).

Os circuitos curtos de comercialização podem ser uma estratégia importante para promover a transição agroecológica ao encurtar as distâncias entre quem produz e quem consome, nesse modelo de comercialização pode-se incluir feiras locais, mercados de produtores e venda direta nas propriedades, estabelecendo um canal direto que proporciona benefícios tangíveis para ambos os lados, produtores e consumidores, visando também uma ótima qualidade nos produtos comercializados. A valorização da produção local, a maximização da margem de lucro e a construção de relações mais próximas com os consumidores são apenas alguns dos aspectos que tornam esse circuito uma estratégia promissora para a agricultura sustentável (Schneider e Gazolla, 2017).

Ao explorar essas interconexões, este trabalho busca evidenciar não apenas os benefícios finais proporcionados aos produtores e o meio ambiente, mas também na sistematização de experiências envolvidas na implementação bem-sucedida de transição agroecológica em conjunto com o circuito curto de comercialização. Dessa forma, almeja-se contribuir para o entendimento aprofundado dessas práticas, reconhecendo seu potencial transformador para os agricultores e para a sociedade como um todo.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Analisar as relações entre os mecanismos da agroecologia e desenvolvimento da transição agroecológica junto com a construção dos circuitos curtos de comercialização, através da experiência de sistematização na feira Agroecológica da ponta norte localizada na Asa Norte, Brasília-DF.

2.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar como os mecanismos que envolvem os atores sociais ajuda a desenvolver uma agricultura sustentável.
- Discutir com base na experiência do agricultor sobre o circuito curto de comercialização.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 AGROECOLOGIA E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Os debates em torno da agroecologia começaram a surgir no Brasil no final do século XX, meados da década de 1970, em virtude dos discursos que circulavam em toda a América Latina sobre a interferência do ser humano na sustentabilidade do planeta, sobretudo pelos impactos da Revolução Verde que ocorreu em meados da década de 1950, segundo o que foi abordado por (Altieri,1989) e (Gliessman,2000; 2010).

Em seus primeiros anos como é apontado por (Gliessman, 2018) os debates em termos da definição da agroecologia estavam a nível das fazendas, voltados para os agrossistemas industriais, esses debates incentivava os agricultores a substituir insumos e práticas da agricultura convencional em direção a sistemas de produção orgânica certificáveis, reintroduzindo a diversidade em seus sistemas agrícolas.

No final da década de 1990, a definição de agroecologia expandiu-se para se tornar a ecologia de todo o sistema alimentar (Francis, 2003), em que os sistemas não são apenas dentro das fazendas, mas de importância de todos os seres, mostrando a importância de restabelecer as relações entre quem cultiva alimentos e as pessoas que os consomem. Se tornando uma maneira de construir sistemas de mercado baseados em relacionamentos que são equitativos, justos e acessíveis para todos (Gliessman, 2007) e (Gliessman, 2018).

Portanto, a definição de agroecologia evoluiu para: integração de pesquisa, educação, ação e mudança que proporciona sustentabilidade a todas as partes do sistema alimentar como; ecológica, econômica e o social, sendo um processo participativo, exigindo o envolvimento de todas as partes interessadas, desde a fazenda até a mesa, construindo estruturas sociais alternativa através do pensamentos ecológicos onde a compreensão holística está a nível do sistema para dar essa sustentabilidade necessária (Gliessman, 2018).

Sendo abordado como uma premissa básicas da agroecologia é que só poderemos enfrentar esse desafio se trabalharmos simultaneamente em três frentes diferentes, sendo o primeiro um conhecimento amplo e aprimorado das relações ecológicas entre espécies agrícolas domésticas, espécies e ambiente físico como microbiota do solo, sendo uma necessidade estendida pelo aspecto científico da agroecologia, podendo ser utilizado nos desenhos e na gestão dos agroecossistemas sustentáveis. O segundo seria a integração de práticas agrícolas que sejam mais eficazes e integradoras, ao mesmo tempo em que estabelecem as bases para sistemas mais sustentáveis ao longo prazo, essa necessidade é satisfeita pelo aspecto prático da agroecologia, que valoriza o conhecimento empírico do produtor, levando em consideração aspectos regionais de cada agroecossistema, compartilhando esses conhecimentos. O terceiro e última frente abordada por (Gliessman, 2018), em que as circunstâncias exigem mudanças fundamentais na forma como os seres humanos se relacionam com a comida, com os sistemas econômicos e sociais que determinam

a distribuição de alimentos, e nas formas como os alimentos mediam as relações de poder entre populações, classes e países (Gliessman, 2018).

Agricultura sendo uma prática humana, simplificada de diferentes formas, os sistemas de produção se comparados aos que ocorrem na natureza. Considerando suas diversas práticas, a monocultura está no ápice desses processos, um ecossistema com intervenções de insumos agroquímicos para aumento da produtividade e defesa das plantas a patógenos, causam custos ao meio ambiente e à esfera social. Em resumo, as atividades agrícolas, ao alterar profundamente a natureza para atender às demandas de produção, geram impactos que vão além dos benefícios econômicos, afetando o ambiente e a sociedade como um todo (Altieri, 1989; Gliessman, 2000; 2010).

Na atualidade podemos considerar os fundamentos teóricos e conceituais da Agroecologia e a transição a sistemas mais sustentáveis para pensar novas formas de intervenção. Ao analisarem diversos tipos de sistemas agrícolas em comunidades tradicionais da América Latina, (Altieri, 1989; 1999) e (Gliessman, 2000). Construíram as bases técnicas para o surgimento da agroecologia e suas metodologias para se conseguir essa transição agroecológica com base para uma produção mais sustentável. Sendo que essa abordagem inicial usa princípios de agricultura ecológica e socioeconômica para entender como as tecnologias afetam tanto os agroecossistemas quanto a sociedade em geral (Altieri, 2004).

Os autores em suas pesquisas, argumentam que a utilização do termo agroecologia só obteve destaque a partir da década de 1970, mas, no entanto, a prática da agroecologia é tão antiga quanto a história da humanidade, pesquisando as metodologias e cultivos agrícolas de diversos grupos tradicionais. (Altieri, 1989; 1999) e (Gliessman, 2000; 2010).

Destaca-se nestes sistemas, o uso sustentável dos recursos locais, incorporando-os de maneira habitual nos processos para acomodar essas práticas agrícolas e suas variabilidades em relação ao ambiente, de forma a se criar uma interação entre os mecanismos de produção como formas de protegê-los contra predadores e competição, além de adotar práticas e estruturas ecológicas regionais para reduzir os riscos ambientais e as instabilidades na produção, ao mesmo tempo que preserva a base produtiva ao longo do tempo, por mais que esses agroecossistemas possuem infraestrutura, incluindo elementos como terraços, valas e sistemas de irrigação que ainda são utilizados até os dias atuais, acaba sendo desenvolvidos de maneira descentralizada e regional, desempenhando um papel crucial no entendimento e avanço contínuo desses métodos de produção (Altieri, 2004).

A Agroecologia fundamenta-se a partir de umas abordagens metodológicas e conceituais que permitem compreender os agroecossistemas, seus fundamentos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos, além de uma perspectiva que se aprofundem nos conhecimentos e técnicas locais e desenvolvam ecossistemas sem dependência de insumos químicos (Altieri, 1989).

Estes conhecimentos permitem manejos para a interação entre espécies de interesse agrícola e ecossistemas potencializando sinergias ecológicas entre os componentes biológicos para que, criem, eles próprios, a fertilidade do solo, produtividade e a proteção das culturas (Altieri, 1987). Tal concepção favorece o equilíbrio entre solo e planta, na interferência da luz solar, potencializando nutrientes e outros organismos coexistentes para que se tenha um

sistema saudável, equilibrado e produtivo. Assim, a Agroecologia é constituída pelo enfoque teórico e metodológico.

Estudos da Agroecologia propõem a análise das atividades agrárias sob uma ótica ecológica, tanto da natureza dos agroecossistemas quanto dos princípios pelos quais eles operam, com um enfoque nas mudanças desses agroecossistemas como unidade de análise que proporciona as bases científicas para a construção dessa ciência com princípios, conceitos e metodologia.

Nesse cenário, a agroecologia procura unificar os saberes tradicionais dos agricultores junto com o conhecimento científico. Esse diálogo de saberes vem ganhando cada vez mais relevância ao longo das décadas, sendo esse potencial técnico e científico de influência nas mudanças dos sistemas alimentares. Há uma perspectiva progressivamente mais sustentável, socioambiental e econômicas, partindo de uma abordagem holística e sistêmica das produções de diversos tipos de agricultura, colaborando para que a coletividades entre os diversos elos possam redefinir o curso, alterando a transição agroecológica, em suas múltiplas formas existentes (Caporal, Paulus e Costabeber, 2009).

As bases epistemológicas da Agroecologia na evolução humana vêm de encontro da evolução do meio ambiente, com método de tentativas e erros além do compartilhamento de informações observados pelo agricultores, fazendo com que essa coevolução entre homem e natureza criasse uma cadeia em que a sustentação de cada sistema ou planta depende estruturalmente do outro, conciliado assim, também ao conhecimento formal, social, biológico e acadêmico, unidos para melhorar esses agroecossistemas, mantendo e compartilhando metodologias em prol de um desenvolvimento agrário (Norgaard, 1989).

As bases epistemológicas que dão sustentação aos sistemas agroecológicos também consideram o conhecimento histórico adquirido ao longo da evolução. Essas bases são divididas em três categorias; 1) ecológica e técnico agrônoma, 2) socioeconômica e cultural, 3) sociopolítica (Sevilla, Ottmann, 2004)

Existem interfaces a partir de abordagens transdisciplinares em diversas áreas como: os ensinamentos da Física, Economia Ecológica, Ecologia Política, Agronomia, Ecologia, Educação, Comunicação, História, Antropologia e da Sociologia, sendo esses alguns dos diferentes campos do conhecimento abordados (Sevilla, e Ottmann, 2004).

Conforme mencionado por Gliessman (2000), esse enfoque agroecológico pode ser explicado como a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e arranjos de agroecossistemas mais sustentáveis. Assim, adotar o enfoque agroecológico não significa buscar ou apoiar uma nova "revolução modernizadora", mas sim, aderir a uma ação transformadora de natureza dialética, sendo esse processo parte do conhecimento de povos locais e tradicionais para uma visão de construção e ampliação de saberes ambientais e processo de transição agroecológica.

Não se trata, desta forma, de um novo modelo que irá substituir o convencional, sendo esse enfoque agroecológico a transição e não a busca por substituir insumos químicos, mas sendo capaz de abordar mudanças graduais na ordem em que se maneja esses sistemas que incorpore princípios e tecnologias de bases ecológicas, mudanças no processo político, econômicos e socioculturais, tanto no comportamento quanto em valores dos atores sociais envolvidos.

Assim, em Agroecologia, compreendemos que estamos lidando com uma abordagem cujas contribuições ultrapassam aspectos tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando não apenas variáveis econômicas, sociais e ambientais, mas também considerando aspectos culturais, políticos e éticos da sustentabilidade. Destaca-se, que o processo de transição agroecológica não dispensa o avanço técnico e a integração dos progressos do conhecimento científico, mas sim, interagir conhecimentos, segundo o que foi abordado em seus estudos (Costabeber, 1998; Caporal e Costabeber, 2000).

Destacado o conceito crucial de transição agroecológica sendo um processo gradual e multilinear de transformação ao longo do tempo modificando as práticas de gestão dos agroecossistemas. A ideia de mudança associada a agroecologia refere-se a um processo evolutivo contínuo no tempo, embora não possua um ponto final determinado, contudo por ser um processo social. A transição implica não apenas a racionalização econômica e produtiva, mas a adaptação às características biofísicas de cada agroecossistema e nas suas transformações em valores e atitudes dos envolvidos (Caporal, 2009).

É fundamental destacar que as complexidades dos processos de transição agroecológica devem ser de grande compreensão, tanto em termos tecnológicos, metodológicos e organizacionais, segundo aponta (Caporal, 2009).

Neste sentido, (Gliessman, 2000) aponta em seus estudos e metodologias para essa sistematização o que podem ser os cinco níveis de transição agroecológica, O primeiro, é a transição na orientação dos valores, na ética que orienta nossas decisões de produção, consumo e organização social. Segundo, focado mais estritamente na agricultura, diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. O terceiro nível da transição se refere à substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital, contaminantes e degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico. Neste nível, a estrutura básica dos agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. Quarto nível da transição seria a fase do redesenho dos agroecossistemas, para que funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológicos, cada vez mais complexo, mas indispensável para se alcançar a sustentabilidade. Quinto e último nível seria a construção desse novo sistema alimentar global (Gliessman, 2000).

(Caporal, 2009), com bases nas investigações de (Gliessman, 2000), propõe que a agricultura sustentável, segundo as abordagens agroecológica e fundamentada na compreensão integral dos agroecossistemas, tendo a capacidade de atender as demandas de maneira integrada e contínua a uma séries de critérios que engloba: diminuição da dependência de insumo químicos, utilização de recursos renováveis disponíveis localmente, aplicação de tecnologias com impacto positivo sobre o meio ambiente, aceitação e tolerâncias das condições, preservação a longo prazo da capacidade produtiva guardando a diversidade biológica e cultural, integração de saberes e da cultura da comunidade local e geração de mercadorias destinadas ao consumo interno e comercialização (Caporal, 2009 ; Gliessman, 2000).

A agroecologia no Brasil vem ganhando cada vez mais notoriedade, principalmente na esfera científica adquirindo novas técnicas com conceitos e saberes de diversas áreas, isso

inclui o conhecimento empírico e experiências dos agricultores, atuando em um desenvolvimento rural mais centrado nas necessidades das comunidades e produtores de forma a incluir novas estratégias e técnicas.

Ao analisar os estudos propostos pelos autores podemos perceber que a agroecologia se consolida como uma esfera científica capaz de respaldar a transição agroecológica dos atuais paradigmas que cercam o desenvolvimento rural e práticas agrícolas convencionais para modelos mais sustentáveis, se apresentando como contestação da agricultura industrial, compreendendo a diversidade de sistemas agrícolas em diferentes escalas e valorizando o conceito de transição agroecológica como forma de se implementar uma agricultura mais justa, saudável e sem adição de insumos químicos, aprimorando seus métodos e estudos para que sejam capazes de implantar mudanças significativas tanto no meio ambiente quanto no atores envolvidos nesses processos.

Os princípios da transição agroecológica e a implementação de agroecossistemas mais sustentáveis, buscando cada vez mais aprimorar essas técnicas e buscar novas experiências contribuindo para a transformação social no campo e a preservação dos recursos naturais.

Em resumo, a transição agroecológica emerge como um caminho promissor para redefinir a agricultura familiar no Brasil na incorporação de práticas sustentáveis alinhadas aos conceitos de diversidade, resiliência e equidade, assim como foram propostos por Gliessman e Altieri anteriormente. Nesse cenário, a legislação desempenha um papel crucial ao estabelecer as bases para a regulamentação da produção orgânica, proporcionando um arcabouço normativo que viabiliza e promove a transição agroecológica, com avanços em decretos e leis ao longo dos anos que regulamentam a produção orgânica no país, reconhecendo sua importância para a promoção da saúde humana, conservação ambiental e fortalecimento da agricultura familiar. Sendo essas normas uma forma de oferecer incentivos e suporte para agricultores que buscam realizar a transição agroecológica. Ao criar um ambiente regulatório favorável à comercialização.

Para este estudo, nos baseamos na hipótese de que a Agroecologia permite avançar com a proposição de políticas públicas pautadas nas necessidades e demandas de agricultores, possibilitando acessos a novos mercados em circuitos curtos, incluindo mercados institucionais, ajudando a diversificar suas rendas, conseguindo mais estabilidade social e econômica.

3.2 LEGISLAÇÃO ORGÂNICA

Antes de existir meios de regulamentação da produção orgânica ou agroecológica por parte dos órgãos competentes, esse papel era feito pelos próprios agricultores e consumidores que davam em forma de confiança a credibilidade para o produto. Ao passar dos anos, houve pressão por parte de entidades internacionais para a criação de uma declaração de conformidade do fornecedor nos sistemas de produção que levou o Brasil a estabelecer normas como a ABNT NBR ISO 9001. Essas normas estabelecem a gestão de qualidade dos processos e produtos até a certificação, para tentar atender às exigências do governo.

Que vem por meio de regulamentações, leis e decretos, ampliando o acesso a modelos de produção agroecológicos, a iniciativas de organizações sociais, a políticas públicas

principalmente para agriculturas como agricultura alternativas, agroecologia e a agricultura orgânica.

Como meio de garantia da qualidade dos alimentos, agricultores vão desenvolvendo mecanismos para ampliar o seu acesso ao mercado e aumentar a confiança entre produtores e consumidores. E essa ação crescente do consumo de produtos orgânicos ou com base agroecológica pressionou o governo a criar mecanismos de regulamentação que assegure a origem e o processo desses produtos, beneficiando produtores orgânicos e agroecológicos, além dos consumidores.

Diante desse cenário, o governo criou as diretrizes dos alimentos orgânicos do Brasil no ano de 2003. A legislação brasileira considera sistema orgânico de produção todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante regulamentação prevista pela Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 instituída pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O documento estabelece diretrizes para os sistemas orgânicos de produção de alimentos e indica os requisitos dentro de toda sua cadeia para que um produto seja considerado orgânico (BRASIL,2003). As diretrizes incluem aspectos desde a produção, armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização até a fiscalização, englobando também produções ecológicas, biodinâmicas, natural, regenerativo e agroecológico com a denominação de produto orgânico (Brasil, 2003).

Já no ano de 2007 o governo lança o Decreto nº 6323 de 27 de dezembro de 2007 que contou com a participação da sociedade civil e o governo brasileiro, estabelecendo novos parâmetros para a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 que veio a fortalecer o desenvolvimento da agricultura orgânica e o funcionamento de toda a cadeia de produção, desde a propriedade rural até a comercialização direta com o consumidor, mediante a cadastro nos órgãos competentes.

O governo vem criando formas cada vez melhores para manter a qualidade dos produtos do sistema de conformidade de avaliação e toda a sua cadeia de produção, o último decreto estabelecido pelo Brasil foi no ano de 2021 publicado na portaria nº52 (Brasil, 2021) no Diário Oficial, que tem como objetivo de estabelecer regulamento técnico e as listas de substâncias e práticas aplicadas aos Sistemas Orgânicos de Produção, tais incorporações são adoção de medida para a proteção dos alimentos contra contaminação interna da propriedade e de produções vizinhas, com mudanças nas regras de produção animal e nas normas para a produção de sementes e mudas e a inclusão de novas substâncias como biofertilizantes na agricultura orgânica.

3.3 OCS - Organização de controle Social

As Organizações de Controle Social têm como um dos objetivos a padronização e regulamentação da produção orgânica e sua comercialização. Segundo a cartilha da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. (Emater-DF, 2016) sobre produção orgânica e organização de controle social, junto com o Decreto nº 6323/2007, para que esses produtos possam ser comercializados em venda direta necessitam de cadastramento

em uma Organização de Controle Social (OCS) para a certificação orgânica. As OCS podem ser cooperativas, consórcios ou grupos mediante ao cadastro no MAPA.

O controle social e qualificação das produções e comercialização dos produtos orgânicos, que parte para uma certificação em sistemas participativos, permitindo a vendas diretas de seus produtos ao público consumidor.

Esse processo conta com a interação de pessoas e organizações apoiado na transparência, comprometimento e confiança dada pelos agricultores como uma garantia dessa qualidade por meio da venda direta em feiras, em entregas a domicílio, pela comunidade que sustenta a agricultura (CSA) ou por meio da comercialização a órgãos do governo mediante políticas públicas com modalidades como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou programas de mercados institucionais do governo, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte. (Sebrae/RN. 2021)

Tendo em vista que para se realizar o cadastro de uma OCS, toda organização de controle deve se cadastrar ao órgão federal de agricultura, e que venha incorporando a algum tempo manejos e práticas agrícolas de forma orgânica ou agroecológica em sua propriedade, garantindo o cumprimento e regulamento técnico da sua produção, além de conter a rastreabilidade da produção para os consumidores. (Sebrae/RN. 2021)

De acordo com o MAPA, os produtores podem realizar este procedimento por meio de três maneiras: Sistemas Participativos de Garantia (SPG), Controle Social para a Venda Direta e certificação. (Sebrae/RN. 2021)

O Sistema Brasileiro de Avaliação da conformidade Orgânica (SISORG) fica composto pela certificação junto com o Sistema Participativo de Garantia (SPG), sendo a primeira forma através do Organismo Participativo da Conformidade (OPAC) conhecido na legislação como Sistema Participativo de Garantia (SPG) que atua de forma a coordenar e gerenciar a certificação de produtos orgânicos e avaliar a conformidades de agricultores e propriedades, a fim de manter as normas estabelecidas pela produção e comercialização de acordo com a Lei brasileira de orgânicos.

Outra forma de se conseguir a certificação orgânica por auditoria seria por meio do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG) sendo um órgão credenciado do MAPA e pelo INMETRO, expressa no Decreto nº 6323/2007. Última e terceira forma é feita pelo Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC), que avalia os requisitos específicos relativos a um produto ou sua cadeia, realizando o papel de avaliador da conformidade, verificando se as regras e procedimentos estão dentro das normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura.

Dentro desses parâmetros de conformidades perante a Lei, o desenvolvimento rural no Brasil vem ganhando impulso no que diz respeito à agricultura orgânica e agroecológica, ampliando o acesso desses produtores a novos nichos de mercados e políticas públicas dando um novo destino para essas produções, melhorando a qualidade dos alimentos, confiabilidade do produto e melhorando a qualidade de vida dos produtores.

3.4 CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Nas últimas Décadas vem se observando uma crescente busca por alimentos mais saudáveis e produzidos de formas naturais, livres de aditivos, conservantes e insumos químicos, que acaba dando origem a novas formas de comercialização através de cadeias curtas ou cadeias alternativas de abastecimento alimentar, sendo uma dimensão fundamental para desenvolvimento rural que vem surgindo, como aponta (Schneider e Gazolla, 2017)

Esse produto vem se tornando diferenciados com base em critérios de produção, procedência e escoamento dos alimentos, incorporando um potencial saída para sustentar sistemas de produções regionais vulneráveis, cuja sobrevivência se mantém em constante ameaça pelo uso crescente dos agrotóxicos, liberalização dos mercados e por avanços tecnológicos produtivistas segundo Ilbery e Kneafsey (1999).

Essa mudança na percepção da alimentação do consumidor em partes pode ter acontecido devido ao aumento da necessidade de confiança na qualidade e nos processos oriundos da agricultura convencional (Schneider e Gazolla, 2017), que depende de um volume grande de agroquímicos na produção, sendo que o país há alguns anos se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (Rigotto, 2014). Cujo consumo per capita atingiu cerca de 7 kg de agrotóxicos por ano para cada brasileiro, tendo essa alta no consumo de agrotóxicos relacionada a problemas ambientais e sociais, (Rigotto, 2014). Como contaminação de pessoas, terras, água e plantas, registrados no Brasil (Carneiro, 2015).

Apesar de vários casos ocorridos nas últimas décadas, o governo brasileiro vem ampliando a isenção de impostos para a indústria agroquímica e a flexibilização de normas para o uso dos agrotóxicos no território nacional. Como exemplo, tivemos a permissão no Brasil de mais de 400 agrotóxicos só em 2019, sendo boa parte deles já proibidos por lei em alguns países da União Europeia, devido à toxicidade à saúde humana. (Rigotto, 2014)

Uma proposta para se contrapor ao modelo de agricultura convencional que demanda um grande volume de agrotóxicos é por meio da agroecologia. Como tratamos anteriormente, pode ser entendida como ciência por conter princípios, conceitos e metodologias para analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, visando a implantação e o desenvolvimento de modelos de agricultura com elevados níveis de sustentabilidade, (Schneider e Gazolla, 2017).

A partir da mudança na concepção da produção e do consumo, que acaba por estreitar os laços de confiança valorizando toda a cadeia de produção local e fortalecendo esses circuitos curtos de comercialização (Goodman, 2003) têm-se o potencial de uma produção distanciada do uso de agrotóxicos.

É o caso de agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos e que comercializam em feiras orgânicas/agroecológicas e feiras da agricultura familiar, sendo essa comercialização em feiras uma parte importante para a consolidação da agricultura familiar e a produção agroecológica, gerando um mecanismo de ferramenta socioeconômica, criando renda aos agricultores, (Allen, 2003).

Além do mais, existe a possibilidade de inserção nas políticas públicas para programas institucionais do governo, como PAA e PNAE, junto com a possibilidade da ampliação do uso de recursos tecnológicos como as plataformas digitais como WhatsApp e Instagram para aproximação entre produtores e consumidores.

O termo de comercialização em circuitos curto surgiu na França, porém, está sendo utilizado em várias partes do mundo, com o princípio de comercialização sem a necessidade de intermediários entre produtor e consumidor dentro do sistema. (Chiffolleau, 2012). Sendo uma ferramenta para se comercializar de forma direta enfatizando o que termo “curto” está associado à conservação das informações do produto e não a respeito da distância física, dando uma nova dimensão às relações de mercado entre oferta e demanda (Goodman, 2003).

No Brasil esse mecanismo vem se mostrando promissor e vem demonstrando crescimento em várias partes do país, no que se diz a respeito dos abastecimentos agroalimentares, se mostrando uma possibilidade para se diminuir a crise instalada podendo promover a inclusão socioeconômica de um grupo de produtores excluídos dos sistemas tradicionais (Schneider; Gazolla, 2017). Atualmente esse crescimento no país de novos circuitos de produção e comércio de alimentos estão fora do modelo de plantio convencional.

Segundo (Schneider e Gazolla, 2017) o surgimento dessas novas formas de comercialização trouxe mudanças entre diferentes partes da cadeia agroalimentar. Na ótica do consumo, houve mudança no comportamento dos consumidores em busca de alimentos mais saudáveis e de origens mais confiáveis, derivado de uma preocupação mais geral da população sobre questões de saúde, bem-estar-animal, produções mais ecológicas e rastreabilidade dos produtos. O crescimento exponencial das cadeias alimentares vem se tornando ferramentas para possibilitar a melhor compreensão desses novos modelos de desenvolvimento rural (Marsden, 2000). Sendo importante para a implantação de novas políticas para esse padrão de mercado. (Schneider e Gazolla, 2017).

Os circuitos curtos dependem de uma série de conceitos sobre a capacidade dos sistemas agroalimentares, na sua resiliência, na criação de novos arranjos institucionais como garantia da qualidade dos alimentos e restabelecer a confiança do consumidor, segundo (Schneider e Gazolla, 2017) apontam em seus estudos.

Nesse cenário, as cadeias curtas de comercialização representam a iniciativa dos pequenos produtores para recuperarem valor na cadeia de abastecimento, na expectativa de minimizarem os problemas usuais de inserção no mercado e aperto dos preços. (Schneider e Gazolla, 2017). Um passo importante seria a especialização desses produtos de forma a captar toda a sua diversidade empírica e compreender os diferentes mercados de consumidores e suas demandas como: orgânicos, artesanal, agroecológicos, biodinâmicos entre outros, focando em uma análise entre a relação de confiança do produtor com o consumidor e estabelecer novos modelos institucionais que garantam sua qualidade, sendo um mercado dinâmico com diferentes necessidades, às vezes opostas, e que são projetadas em alimentos de diferentes segmentos (Schneider e Gazolla, 2017). Tendo um potencial de abastecer regiões e cidades de formas industrial, fugindo das cadeias longas e complexas de comercialização (Marsden, 2000).

Assim, os circuitos curtos de comercialização se efetivam aproximando consumidores da origem de seus alimentos e possibilitando nova valorização dos mesmos por meio de experiências, visões ou conhecimento, promovendo o estreitamento entre alimento e localidade e a reintegração à agricultura de modo mais ambiental e ecológico. (Schneider e Gazolla, 2017).

Neste trabalho abordamos conceitos teóricos dos estudos de (Schneider e Gazolla, 2017), para uma melhor análise da morfologia e das dinâmicas das cadeias curtas de

alimentos de forma a captar a diversidade de produtos Com base dos estudos de Schneider e Gazolla a dinâmica das cadeias curtas de comercialização vem devido a necessidades dos consumidores e dos modelos de agricultura mais sustentável (CAP - Common Agricultural Policy), que se desenvolve de forma gradativa em várias regiões ao redor do mundo, inclusive na América Latina, e são utilizadas por alguns países como ferramenta essencial para o desenvolvimento rural. Também é importante ressaltar que segundo (Goodman, 2000). Apesar da demanda crescente sobre as cadeias curtas, existem alguns modelos que já estão espacialmente ampliados, como é o caso das produções orgânicas, que podem estar sujeitas a apropriação das grandes cadeias varejistas e empresas de comercialização. Alguns autores como (Goodman, 2000) e (Schneider e Gazolla, 2017), veem um grande risco e limitações das cadeias curtas devido ao controle corporativo sobre esse sistema, perante pressões por redução dos preços e o enfraquecimento dos padrões e qualidade das produções.

Os diferentes tipos de práticas e modelos de cadeias curtas podem ser um fator para se agregar valor ao produto final de forma significativa a enfatizando o sistema local de produção, indicando que esses encurtamentos do abastecimento de alimentos estão conduzindo a uma nova geografia rural devido a modificação da paisagem, das novas relações de mercados, da criação de associações e apoio institucional por parte do governo, (Schneider e Gazolla, 2017).

No entanto, o princípio das cadeias curtas é desempenhar de forma duradoura e significativa esses processos de desenvolvimento rural, identificando padrões evolutivos e considerando suas projeções ao longo do tempo. Sobretudo mais trabalhos e pesquisas serão necessários com foco no tempo evolutivo, espaço e nas dinâmicas das demandas exigentes em cadeia curta de abastecimento, não só para avaliar se é economicamente viável, mas social e ambientalmente sustentável ao longo prazo segundo (Marsden, 2000).

A busca por alimento mais saudável e das evidências dos males causados pelos alimentos ultraprocessados vem mudando o padrão de consumo. Desta forma, as buscas por alimentos saudáveis fortalecem a comercialização das cadeias curtas (Radaelli, Nesi e Deggerone, 2022).

Para sustentar esse modelo de desenvolvimento rural através das cadeias curtas será necessário montar uma estrutura com apoio governamental com instrumentos de políticas públicas, na especialização dos alimentos através de selos e nas formas de associação. Esses mecanismos legais por parte do governo, vêm possibilitando caminhos para o fortalecimento da agricultura familiar orgânica e agroecológica, em diversas áreas, como: Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), feiras e compras governamentais, causando grande satisfação a esse público tão importante na sociedade brasileira (Brasil, 2012).

No momento, desses modelos de desenvolvimento rural, vêm emergindo novas relações econômicas, que acabam fugindo das crises industriais da agricultura criando novas formas de se comercializar alimento, através do conhecimento (pode ser empírico), vivências e traços culturais. Mas também ainda é preciso que novas práticas e intervenções institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar, tanto para incentivar, mas também para desenvolver essa diversa cadeia emergente, (Schneider e Gazolla, 2017), pois a relação e aproximação possibilita o consumidor a ter uma condição de confiança com quem produz, fortificando relações nos espaços de comercialização.

3.5 IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS

As feiras locais são um espelho da cultura regional que podem expressar hábitos, costumes e valores.

Para Almeida e Pena, (2011) às feiras acabam sendo um local de aproximação, afeto, fortalecimento e sociabilidade entre os agentes envolvidos. Desse modo, a interação cidade campo se concretiza, sendo um fenômeno social, econômico, político e cultural. Segundo dados fornecidos pela sociedade nacional de agricultura (SNA, 2015) com análise nos dados do Ministério do desenvolvimento e assistência social, estima-se que no Brasil existam cerca de 6.450 mil feiras, sendo que 5.119 são feiras livres e 1.331 são feiras agroecológicas ou de produção orgânica . Segundo (Martins, 2006) conclui que as pessoas procuram as feiras livres ou orgânicas pela qualidade expressa nos produtos (frescos e sem adição de veneno) além de preços relativamente mais baratos, esse cenário acaba sendo ideal para oportunidades de conversas, bate papo e da solidariedade. Diante disso, (Trevizan e Casemiro, 2009) acreditam que, melhorar as experiências com produtores e consumidores a fim de se conhecer melhor, ressalta mudanças na composição das instituições ligadas à organização da produção e consumo, na organização de comunidades mais sustentáveis e na dimensão da organização social,

As feiras livres são um dos principais canais curtos de abastecimento agroalimentar da população brasileira. Elas são importantes não só para a população, mas para os agricultores, pois cumprem os papéis de escoar sua produção e garantir melhores preços além de possibilitar a aproximação com seus consumidores (Pozzebom, Rambo e Gazolla 2017 p 435).

Esta perspectiva é ainda fortalecida por Specht (2019) em que afirma que as feiras livres têm se mostrado como um canal diferenciado de comercialização para abastecimento de alimentos. Além da sua função econômica de agregar renda ao produtor encurtando a cadeia produtiva, mostra-se como um espaço de socialização diferenciado, incorporando no cotidiano a diversidade regional e as tipicidades do espaço onde funciona. (Specht. 2019).

3.6 FEIRA AGROECOLÓGICA E CULTURAL DA PONTA NORTE, BRASÍLIA/DF

A Feira Agroecológica e Cultural da Ponta Norte está localizada na Asa Norte do Plano Piloto de Brasília, no Distrito Federal. Surgiu por meio de encontros entre moradores da superquadra norte 216, composta principalmente por professores e bancários aposentados, que se reuniram para propor iniciativas sociais que conscientizassem e utilizassem os espaços de forma mais efetiva por meio de intervenções sociais e políticas que seriam responsáveis pelo diálogo fora das redes sociais. O objetivo era promover a micropolítica cotidiana, realizar intervenções e debates que atraíssem pessoas para o espectro político progressista. (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022.).

Surgindo no ano de 2019, sendo uma feira de produtores-vendedores com abordagem no discurso agroecológico, associada aos movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), chegando à conclusão de que uma alimentação saudável seria a abordagem ideal para promover a intervenção social e atrair os demais vizinhos, (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022). Essa concepção vem devido a problemas de saúde relacionados ao consumo de alimentos produzidos com altas taxas de insumos químicos.

O local da feira foi definido pelo coletivo de moradores e primeiros feirantes, que têm vínculos com o MST e com cooperativas regionais de Brasília dedicadas à produção agroecológica. A feira teve início em agosto de 2019, na quadra comercial da 216 norte, composta por feirantes que também são produtores ligados à agricultura familiar, segundo e apontado por (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022).

Em entrevista com os fundadores da feira, (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022) relatam as principais reivindicações da feira como:

“A feira da ponta norte é a agroecologia e a reforma agrária popular. Atualmente, a feira é composta por uma média de 21 barracas e funciona uma vez por semana. Durante seu funcionamento, são comercializados produtos provenientes da agricultura familiar, como leguminosas, frutas, verduras, queijos, derivados de leite e outros tipos de alimentos, com produção orgânica e agroecológica” (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022 p 158).”

Essas reivindicações, expressas por meio da feira da ponta norte, têm o objetivo de conscientizar sobre a importância de produzir alimentos de maneira mais sustentável e socialmente justa. A feira busca valorizar a agricultura familiar do Distrito Federal e promover a conscientização, além do desenvolvimento dos circuitos curtos no território que tem um impacto significativo. As estratégias adotadas pelos fundadores e agricultores familiares do DF estão provocando mudanças internas na organização das unidades familiares dos produtores da Feira Agroecológica da Ponta Norte. Essas mudanças têm repercussões na diversificação econômica regional e, frequentemente, fortalecem os sistemas agroecológicos de produção, apontado por (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022).

Os circuitos curtos de comercialização, inseridos no contexto acima discutido, configuram uma nova forma de uso do território no final da Asa Norte-DF, a feira agroecológica assume uma configuração organizacional que atua como um mecanismo de desenvolvimento rural. Os fundadores da feira, juntamente com os agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), implementaram uma nova forma de uso do território, promovendo um modelo mais sustentável.

Essa abordagem busca aproximar a produção e o consumo de alimentos, estabelecendo uma reconexão entre os pequenos produtores e as cadeias alimentares. Essa relação mais estreita permite que os agricultores familiares tenham uma participação mais ativa no mercado local, reduzindo a distância entre produtor e consumidor e incentivando a produção de alimentos. O modelo de circuitos curtos permite uma maior valorização da agricultura familiar, favorecendo a economia local (Triches; Schneider, 2010).

Os produtos provenientes das pequenas agroindústrias rurais familiares, assim como as vendas em domicílio e feiras livres, desempenham um papel essencial na construção dessa identidade ligada ao território. Através dessas formas de comercialização, os consumidores podem conhecer e valorizar os produtos locais, bem como estabelecer uma conexão mais próxima com os produtores (François, 2000).

Essa aproximação entre produtores e consumidores nos circuitos curtos de comercialização contribui para uma maior valorização da agricultura familiar e fortalece o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais locais. Além disso, essa abordagem também pode promover a preservação das tradições culturais e do conhecimento local relacionado à produção agrícola e artesanatos, contribuindo para a sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento rural (Schneider; Ferrari, 2015).

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Metodologia

Para a construção desse estudo foi realizado um levantamento de dados baseado em um relato de experiência popular mediante as atividades conjuntas realizado entre o Núcleo de Agroecologia (NEA) da Universidade de Brasília (UNB) na Feira Agroecológica da Ponta Norte localizada no plano piloto de Brasília, por meio de vivências e relatos com produtores/feirantes através de projetos e pesquisas, possibilitando o levantamento de dados para a otimização desse relato, levando em consideração somente a trajetória do produtor dentro da agroecologia e seus métodos de comercialização, juntamente com dados apresentados no 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia em 2023.

O método que iremos abordar no presente trabalho foi baseado na sistematização de experiências apoiada na metodologia de (Chavez-Tafur, 2007), para isso foram realizadas visitas e saídas de campos na propriedade do produtor para o levantamento de informações através de entrevistas e observações dos participantes.

Sendo um processo de sistematização deve se levar em conta vários aspectos, indicando o contexto geral em que se passa a experiência, o espaço, tempo, considerar as perspectivas históricas observando e incluindo aspectos sociais, econômicos e políticos (Chavez-Tafur, 2007). A análise sobre esses conjuntos de indicativos se torna um processo relacionada com as avaliações e informações da experiência, podendo ser encarada como uma pesquisa na qual uma suposição é formulada e busca-se verificar sua validade, por ser intrinsecamente sujeito a críticas, a análise se fundamenta nas observações ou perspectivas daqueles que conduzem a experiência, ou seja, seus protagonistas (Chavez-Tafur, 2007).

Pensando desse modo, as ideias sugeridas para a um processo de sistematização segundo Chavez-Tafur (2007) seriam:

- Organizar as informações disponíveis;
- Analisar as informações para o entendimento do que ocorreu;
- Tirar conclusões que ajudaram a desenvolver futuros conhecimentos;
- Apresentar os resultados.

Sendo uma proposta metodológica capaz de se adaptar a diferentes circunstâncias como sistematização de pequena duração e complexos de longo prazo, podendo ser abordada por pessoas, comunidades, organizações comunitárias, entidades não governamentais, redes e instituições de grande porte (Chavez-Tafur, 2007).

Sendo uma ferramenta para se analisar as experiências promovendo uma abordagem reflexiva e analítica sobre as práticas desenvolvidas, incorporando novos conhecimentos e vivências na tentativa de aprimorar suas práticas e técnicas.

Dessa forma, realizou-se a sistematização de experiências a partir de uma área de produção no pré-assentamento Canaã, analisando a promoção em circuito curto na Feira da Ponta Norte com o objetivo de discutir a partir da revisão de literatura aqui realizada.

Conforme citado, essa metodologia possibilitou a parceria para apresentação do resumo de experiência popular no XII CBA, sendo um dos produtos gerados neste trabalho.

4.2 Desenvolvimento e caracterização da área de estudo

A participação nas atividades da feira junto ao NEA/UnB e agricultores familiares que comercializam no local, permitiram conhecer um dos presidentes da gestão daquele ano de 2022/2023, que nos possibilitou a realização de um trabalho de experiência popular e soberania alimentar. Evidenciando as experiências desse feirante da ponta norte que é assentado do MST no pré-assentamento Canaã.

A jornada desse agricultor evidencia os obstáculos e desafios enfrentados por inúmeros brasileiros nesse processo, fazendo com que desde do ano de 2011 suas principais lutas culminaram na unidade de conservação Veredinha e na luta pela implementação do pré-assentamento Canaã, localizado no Incra 6 na região de Brazlândia no Distrito Federal, que possui uma área de 368 hectares divididos em 65 parcelas de 5 hectares cada. Onde reside com seu filho produzindo em sistemas agroflorestais juntamente com hortaliças, plantas alimentícias não convencionais (PANCS).

O território já teve interferências em vários momentos ao longo dos anos por diversos projetos e concessão para ocupação do solo, passando pela estatal do governo do Distrito Federal Proflora que plantou cerca de 16 mil hectares de eucaliptos e pinos modificando a paisagem e o modelo de produção local, atualmente essa área está em processo de ocupação pelo pré-assentamento Canaã do MST há mais de uma década (meados de 2010) se tornando hoje em dia exemplo de produção orgânica e agroflorestal na região.

Podendo ser observado duas organizações operando no local: Associação Agroecológica das Mulheres Rurais do Pré-Assentamento Canaã e a Cooperativa Cotaplus, promovendo gestões solidárias e coletivas junto ao Canaã, como modelo que valorizar a cooperação como modo de organização societária, ampliando a capacidade econômica através da obtenção de renda monetária, por venda direta e/ou indireta.

Sendo notório a importância da parcela deste produtor no escoamento das produções de alimentos em diversos pontos do Distrito Federal, através dos mecanismos de circuitos curtos de comercialização, proposto pelas feiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e participação em programas governamentais, sendo uma ferramenta para a transição agroecológica e desenvolvimento da rural no território do Distrito Federal. (Carmo, Soares, 2023). Com o recorte na observação de transição agroecológica que vai desde o sistema de produção, até o repensar das formas de comercialização existentes.

Nas imagens a seguir pode ser observado que na figura 01, mostra a dimensão da parcela do produtor com 5 hectares dentro do pré-assentamento Canaã, e a figura 02 é referente a localização da Feira da Ponta Norte no bairro da Asa Norte no Distrito Federal.



Figura 1- Mapa parcela do produtor- Canaã, Brazlândia -DF Fonte: Google

maps



Figura 02- Mapa da feira da ponta norte, Asa Norte -DF Fonte: Google maps.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões deste estudo faz parte de uma análise de um relato de experiência realizado ao longo de 6 meses com a parceria de um produtor/feirante da ponta norte e a universidade de Brasília (UNB), mostrando a sua trajetória dentro do pré-assentamento Canaã, apresentando suas dificuldades, desafio, aprendizados e objetivos alcançados ao longo dessa década, sendo capaz de se mostrar com uma liderança em seu território, proporcionando um engajamento maior nas lutas sociais do campo.

Alguns pontos positivos podem ser observados na experiências, ainda que desafios estejam presentes.

Segundo o que foi relatado pelo produtor, a sua trajetória foi marcada por diversas conquistas ao longo dessa década, vale salientar, que ao longo dos anos, as conquistas adquiridas pelo produtor, veio por meio de cursos do SENAR e vivências pessoais e coletivas dentro do pré-assentamento Canaã, modificando sua qualidade de vida e diversificando seus meios de comercialização. Podendo ser listadas como:

- A implementação veio por meio de dois fomentos segundo o produtor, sendo o primeiro da WWF Brasil, pelo Programa Água Brasil e outro pelo Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT) de agrofloresta mecanizada, sendo plantados cerca de 01 hectares de sistema agroflorestal. Fazendo parte de um programa de preservação da bacia do descoberto no Distrito Federal por meio de implantação de agroflorestas na região. (Carmo; Soares, 2023).
- O acesso a programas governamentais ocorreu anos depois pelo programa de aquisição de alimentos (PAA), acompanhada de outra modalidade de organização como a comunidade que sustenta a agricultura (CSA), servindo como instrumento da reforma agrária integrando o meio rural à cidade, (Carmo; Soares, 2023).
- Mantém parcerias com a Embrapa Hortaliças, que fica localizado em Brasília - DF, utilizando transferência de tecnologia para cultivar plantas medicinais e hortaliças não convencionais como ora-pro-nobis, azedinha, vinagreira, chaya e moringa, na tentativa de resgatar o patrimônio genético da agricultura tradicional que foi se perdendo ao longo do tempo. (Carmo; Soares, 2023).
- Diversificando também com frutas e legumes desidratados feito na própria propriedade, na produção de farinhas para pães e de peixe através de um tanque. Utilizando técnicas agroecológicas pensando no manejo e na conservação, com técnicas de adubação verde, cobertura do solo e produção de adubo orgânico para manter bons níveis de equilíbrio entre planta, solo e nutriente.

- Atuou na coordenação da diretoria da Feira da Ponta Norte no ano de 2022/2023, um espaço que integra a estratégia de feiras do MST, sendo estruturada como espaço de movimentos sociais buscando promover a reforma agrária e agroecologia em defesa dos recursos naturais, da sociedade e dos direitos humanos. Desempenhando um papel crucial no escoamento da produção. (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022).

Alguns desafios que são enfrentados pelo produtor,

Algumas dificuldades foram apresentadas nesta sistematização mediante ao modo de manejo, produção e comercialização, enfrentadas pelo produtor ao longo do tempo devido a limitação de recursos. Podendo ser apresentados como:

- A instabilidades financeiras e sociais, juntamente com a dificuldade de se ampliar a participação em políticas públicas, dificulta os processos de produção desde o manejo até a comercialização.
- A certificação segundo o produtor durou cerca de três anos para ser adquirida, sendo necessário cumprir todas as exigências para obtenção. Nos períodos atuais continua sendo um dos principais desafios devido ao pagamento anual da certificação emitida pela AGE (associação da Agricultura Ecológica) que muitas vezes acaba sendo elevado, sendo um requisito anual obrigatório para o controle perante o MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), sendo essencial para continuar produzindo e comercializando e ao mesmo tempo promover uma agricultura saudável e de confiança.
- Outra questão enfrentada pelo produtor é a regularização fundiária de sua parcela e do assentamento através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que se estende há quase 10 anos, dificultando a ampliação às políticas públicas dentro do território.
- O acesso a recursos naturais como a água só é possível através de poços artesianos, as dificuldades para licenciamento e outorga no território dificultam o desenvolvimento da transição agroecológica, sendo o maior desafio para o produtor assegurar que a terra desempenhe efetivamente sua função social.

Na tentativa de sair dessas dificuldades, os produtores acabam se ajudando nos mais diversos aspectos, desde trocas de insumos, equipamentos, conhecimentos e técnicas, a articulação do produtor em meio ao MST no Distrito Federal possibilitou ampliar a capacidades de escoamento com o circuito curto de comercialização através das feiras livre no DF, garantindo uma estabilidade tanto na produção quanto na renda dessa família, apontando a ampliação de acessos a mercados um fator importante para se agregar valor e qualidade no produto final de forma a se enfatizar o sistema agroalimentar local. Indicando que esses alimentos em circuito curto estão conduzindo uma nova geografia rural devido a modificação

da paisagem, aplicação de técnicas mais sustentáveis, possibilitando novas relações de mercados e criação de associações de apoio.

Os conceitos técnicos abordados pela agroecologia se fazem presentes na experiência acompanhada por buscar uma autonomia e capacidade produtiva baseadas nas características individuais de cada agroecossistema. Além da interação entre espécies com o objetivo de que as interações ecológicas entre os componentes biológicos criem a própria fertilidade do solo e produtividade, causando uma modificação na paisagem, criando a proteção das culturas conforme apontado por (Altieri, 1987).

Ao longo dessa trajetória o produtor adquiriu conhecimentos e desenvolveram habilidades em diferentes tipos de produções, especializações em plantas alimentícias não convencionais, especialização em produção de peixe e sistemas agroflorestais, diversificando suas atividades agrícolas e fontes de renda em seu território, podendo compreender a diversidade em diferentes escalas e sistemas de produções, valorizando o conceito de transição agroecológica para o impulsionamento dos circuitos curtos de comercialização.

Atuando também na frente das feiras do MST, ajudando na logística de vendas por circuito curto de comercialização nesses espaços de convívio, mantendo critérios agroecológicos e orgânicos nos repasses de seus produtos por meio de fiscalização entre os membros, tendo a oportunidade de compartilhar e aprender novas práticas, além de fortalecer a agricultura familiar na região, melhorando a qualidade de vida no campo.

Mostrando a importância das instituições governamentais nesse processo, para que se tenha mais políticas em compromisso com o desenvolvimento social do campo, assegurando a qualidade das produções e garantindo meios de se obter alimentos cada vez mais sustentáveis, ajudando na preservação dos recursos naturais, podendo assim manter a segurança alimentar das próximas gerações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi apresentado conceitos de agroecologia e transição agroecológica como impulsor para uma agricultura mais saudável através da sistematização, levando em consideração para essa transição aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos como promotor e gerador de renda e qualidade de vida no campo. Na percepção de gerar conhecimentos para novas técnicas e buscar novas experiências contribuindo para a transformação social no campo.

Conclui-se que é indispensável a atuação do estado nesse processo, instruindo os produtores a manter as documentações em dia para facilitar o acesso em políticas públicas, de assistências e políticas institucionais, sendo importante para se alavancar em novos mercados e novas formas de comercialização, como a sua ampliação nas cadeias curtas ou cadeias alternativas de abastecimento alimentar, sendo uma dimensão fundamental para desenvolvimento rural. (Marsden, 2000).

Pode ser observado também a importância da certificação orgânica, pois é através deste documento que o programa de transferência de tecnologia da Embrapa se tornou possível, sendo de suma importância para o produtor devido a diversificação de hortaliças gerada e disponíveis na venda direta em feiras livres, dessa forma o cultivo dessas hortaliças não apenas assegura o consumidor de procedência e boa qualidade mas atua viabilizando a comercialização junto com sua produção de plantas alimentícias não convencionais, na confecção de farinhas, plantas medicinais e alimentos desidratados, proporcionando ao produtor uma fonte adicional de renda.

Com base no que foi apresentado, compreende-se que os princípios, política e metodologias aplicada aos circuitos curtos vem trazendo uma mudança na esfera social do campo, ajudando a compreender melhor as necessidades dos produtores, instruindo na criação de novas experiências e compreendendo a diversidade desses sistemas agrícolas em diferentes escalas, valorizando o conceito de transição agroecológica como forma de se implementar uma agricultura mais justa, saudável e sem adição de insumos químicos, aprimorando seus métodos e estudos para que sejam capazes de implantar mudanças significativas tanto no meio ambiente quando nos atores envolvidos nesses processos.

7. Referências Bibliográfica

1. ALLEN, P.; FITZ SIMMONS, M.; GOODMAN, M.; WARNER, K. **Shifting places in the agrifood landscape: the tectonics of alternative agrifood initiatives in California.** Journal of Rural Studies, 19, p. 61-75, 2003.
2. ALMEIDA, D. A. O. Isto e aquilo: **agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).** Tese de Doutorado, Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2016.
3. ALMEIDA, M. D.; PENA, P. G. L. **Feira livre e risco de contaminação alimentar: estudo de abordagem etnográfica em Santo Amaro, Bahia.** Revista Baiana de Saúde Pública, v. 35, p. 110-127, 2011. Disponível em: acessado em 02 de abril de 2019.
4. ALTIERI, M. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Revista Nera 13, n. 16, p.22-32, 2010. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>.
5. ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: PTAFASE, 1989. 240 p.
6. ALTIERI, M.A.; ANDERSON, M.K.; MERRICK, L.C. **Peasant agriculture and the conservation of crop and wild plant resources.** Conservation Biology. v.1, p.49-58, 1987.
7. ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / Miguel Altieri.** – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
8. AZEVEDO, Daniel A. de; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; XAVIER, Vitor Boaventura. **Novas estratégias político-espaciais em um Brasil polarizado: o estudo de caso da Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília (DF-Brasil).** Revista NERA, v. 25, n. 64, p. 154-179, set.-dez., 2022.
9. BRASIL. **DECRETO nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.** Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências .Disponível em: < [Decreto nº 6323](#)
10. BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, cria o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Disponível em: <

12. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PORTARIA Nº 52, DE 15 DE MARÇO DE 2021: REQUISITOS GERAIS DOS SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO**. Disponível em: <[PORTARIA MAPA Nº 52, DE 15 DE MARÇO DE 2021](#)>
13. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar / organizadores Marcio Gazolla e Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
14. CAPORAL, F. R. Agroecologia: **uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. In: CAPORAL, F. R. (Org.). COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G.. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: MDA, 2009.
15. CAPORAL, F. R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília: MDA/SAF, 2009. 35p.
16. CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000a.
17. CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) Dossiê ABRASCO: **um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde** / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
18. CARNEIRO, R. Guimarães. **Produção orgânica e Organização de Controle Social (OCS) : cadastramento de OCS, procedimento para controle social e qualificação da produção** / Roberto Guimarães Carneiro. – Brasília : Emater-DF , 2016. 38 p.
19. CHAVEZ-TAFUR, Jorge, et al. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. 2007.
20. CHIFFOLEAU, Y.; PREVOST, B. **Les circuits courts, dès inovations sociales pour une alimentation durable dans lês territoires**.Norois, n.224, 2012, p.7-20.
21. COSTABEBER, J.A. **Acción Colectiva y Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 434p. Tese (Doutorado)-Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.
22. Francis, C G. Lieblein , S. Gliessman , T. A. Breland , N. Creamer , R. Harwood , L. Salomonsson , J. Helenius , D. Rickerl , R. Salvador , M. Wiedenhoeft , S. Simmons , P. Allen , M. Altieri , C. Flora & R. Poincelot (2003) **Agroecologia: A Ecologia dos Sistemas Alimentares, Journal of Sustainable Agriculture**, 22:3, 99-118, DOI:[10.1300/J064v22n03_10](#)

23. FRANÇOIS, M. **Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural.** Caderno nº 7. [s. l.]: Observatório Europeu LEADER, jul. 2000.
24. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
25. GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000. 370 p.
26. GLIESSMAN, S. R. The Framework for Conversion. In: GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. (Ed.). *The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices.* Boca Raton: Taylor and Francis Group, 2010. p. 3-14.
27. GLIESSMAN, S.; (2018): **Defining Agroecology, Agroecology and Sustainable Food Systems**, 42:6, 599-600, DOI: 10.1080/21683565.2018.1432329
28. GOODMAN, D. **The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda.** *Journal of Rural Studies*, 19, 2003.
29. ILBERY, B.; KNEAFSEY, M. **Niche markets and regional speciality food products in Europe: towards a research agenda.** *Environment and Planning A*, v. 31, 1999.
30. MARSDEN, T. K.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply chain approaches: exploring their role in rural development.** *Sociologia Ruralis*, v. 40, p. 424-438, 2000a.
31. MARSDEN, T. K.; FLYNN, A.; HARRISON, M. **Consuming Interests: the Social Provision of Foods.** Londres: UCC Press, 2000b.
32. MARTINEZ, E. **Os limites do planejamento de produção e comercialização para o abastecimento de feiras agroecológicas o caso de Chapecó (SC).** LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W.(orgs.) *Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local.* Chapecó: ARGOS; 2006. p.101-112.
33. MIGUEL. A. Altieri, **Agroecology: A new research and development paradigm for world agriculture, Agriculture, Ecosystems & Environment**, Volume 27, Issues 1–4, 1989.
34. OECD. **Niche Markets as a Rural Development Strategy.** Paris: OECD, 1995.
35. POZZEBON, L., Rambo, A. G., & Gazolla, M. (2017). **As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional.** *Desenvolvimento Em Questão*, 16(42), 405–441. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.405-441>
36. RADAELLI, Idiane Mânica; NESI, CRISTIANO NUNES; DEGGERONE, Zenicleia Angelita. **CONSUMIDORES COMO SUJEITOS PARA A CONTINUIDADE DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM XAXIM/SC.** In: *Anais do 60º Congresso*

da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Natal(RN) UFRN, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2022/486238-CONSUMIDORES-COMO-SUJEITOS-PARA-A-CONTINUIDADE-DA-FEIRA-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-EM-XAXIMSC>. Acesso em: 18/12/2023

37. RIGOTTO RM, Vasconcelos DP, Rocha MM. **Pesticide use in Brazil and problems for public health. Cadernos de Saúde Pública** 2014; 30(7) doi: 10.1590/0102-311XPE020714

38. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território O Brasil e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

39. SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina**. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

40. SEBRAE/RN 2021. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte; **PASSO A PASSO PARA CONTROLE DE QUALIDADE ORGÂNICA – SISTEMA PARTICIPATIVO OCS E OPAC**.

41. SEVILLA GUZMÁN, E.; OTTMANN, G. **Las dimensiones de la Agroecología. In: INSTITUTO DE SOCIOLOGÍA Y ESTUDIOS CAMPESINOS**. Manual de olivicultura ecológica. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2004. p. 11-26. (Proyecto Equal-Adaptagro).

42. SNA. **Mapeamento do MDS identifica em torno de 6,4 mil feiras livres e agroecológicas em todo País**. Sna.agr.br. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/mapeamento-do-mds-identifica-em-torno-de-64-mil-feiras-livres-e-agroecologicas-em-todo-pais> > 2015 > acesso em: 15 de dez. de 2023

43. SOUZA, Yan Dutra de et al.. **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA FEIRA AGROECOLÓGICA E DE ARTESANATO DA PONTA NORTE, BRASÍLIA-DF**. In: Anais do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Piracicaba(SP) ESALQ/USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2023/625324-CIRCUITOS-CURTOS-DE-COMERCIALIZACAO-NA-FEIRA-AGROECOLOGICA-E-DE-ARTESANATO-DA-PONTA-NORTE-BRASILIA-DF>. Acesso em: 18/12/2023

44. SPECHT, S., Blume, R., Ende, M. V., & Souza, M. T. M. (2019). **É dia de fazer feira na Universidade: análise do perfil do consumidor da Polifeira**. *Redes*, 24(3), 183-197. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14124>

45. TREVIZAN, S.D.P.; CASEMIRO, A.D. **Consumidores de produtos orgânicos em Vitória da Conquista, BA**. Anais... **International Workshop Advances in Cleaner Production**, São Paulo, SP, Brasil, 2009.

46. TRICHES, M. R.; SCHENEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: **a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS)**. Segurança alimentar e nutricional, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2010.